

O DISCURSO FEMINISTA ANTICOLONIAL EM ESTAÇÃO DAS CHUVAS, DE JOSÉ EDUARDO AGUALUSA

THE ANTI-COLONIAL FEMINIST SPEECH IN THE RAINFUL STATION, BY JOSÉ EDUARDO AGUALUSA

Rafael Teixeira de SOUZA¹, Edvaldo Aparecido BERGAMO²

¹ Mestre e doutorando em Estudos Literários Comparados pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: rafaeltedesouza@hotmail.com

² Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Letras pela UNESP. Professor da UnB. E-mail: edvaldobergamo@unb.br

RESUMO: Em *Estação das chuvas* (1996), um dos romances mais importantes do escritor angolano José Eduardo Agualusa, vemos a personagem central, Lídia do Carmo Ferreira, ser uma das fundadoras de um dos partidos criados em prol da libertação do país, o MPLA. Como uma mulher à frente de sua época e lugar, além de poetisa, ela representa uma voz ao mesmo tempo ficcional e real que se distingue pela busca incessante da libertação de Angola, tanto no período imediatamente anterior como posterior à independência. Sob essa perspectiva, analisaremos como se articula o discurso anticolonial no romance, atentando também para os aspectos do discurso feminista que se sobressai no decorrer do texto.

Palavras-chave: Colonialismo. Feminismo. Guerra Civil. Estação das chuvas.

ABSTRACT: In *Rainy Season* (1996), one of the most important novels of the Angolan writer José Eduardo Agualusa, we see the central character, Lídia do Carmo Ferreira, being one of the founders of one of the parties created for the country's liberation, the MPLA. . As a woman at the head of her time and place, as well as a poet, she represents both a fictional and real voice that is distinguished by the relentless pursuit of Angola's liberation, both immediately before and after independence. From this perspective, we will analyze how the anticolonial discourse is articulated in the novel, also paying attention to the aspects of feminist discourse that stand out throughout the text.

Keywords: Colonialism. Feminism. Civil war. Rainy season.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

José Eduardo Agualusa é um dos grandes escritores angolanos da atualidade. Ao lado de nomes como Ondjaki e Pepetela, destaca-se por sua produção romanesca que se distingue pela convivência, entre outras nacionalidades, de personagens angolanos, brasileiros e portugueses em épocas de grande relevo histórico. Um exemplo típico desse atravessamento intercontinental encontra-se em *Nação crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes* (1997), em que o personagem Fradique Mendes, presente anteriormente num livro homônimo de Eça de Queirós, apresenta-se por meio de cartas trocadas entre ele próprio, Eça de Queirós em pessoa e a angolana Ana Olímpia.

Outro exemplo clássico do protagonismo de personagens de países diferentes está presente n' *O vendedor de passados* (2004). Nesse romance, o personagem central é Félix Ventura, albino de nacionalidade angolana cuja profissão é "criar passados" para seus clientes, os quais geralmente não se sentem felizes com suas histórias pessoais. Muitas dessas insatisfações, inclusive, provêm do passado bélico de Angola e das guerras pela libertação do país; outras, porém, pertencem a um passado menos distante — ou mesmo ao presente, já que o contexto histórico do romance é a Guerra Civil angolana, que durou de 1975, ano da proclamação da independência, até 2002.

Já Eulálio, a osga que junto de Félix é o protagonista da obra, em vez de animal era homem num passado distante. Ele é o narrador do romance, tanto numa perspectiva de outra vida, correspondente ao passado, como do presente retratado no livro.

Outro distintivo de Agualusa enquanto

ficcionista, já apontado através do exemplo de Eulálio, é a figuração do realismo mágico em suas obras. No entanto, diferentemente de autores como Gabriel García Márquez e Murilo Mendes, o absurdo em Agualusa tem outra função, que, segundo Lopes (2002), é representar o imaginário social de seu país recontando-o sob uma ótica diferente da que se encontra nos livros de história. Há, portanto, na prosa de Agualusa um deslocamento dos heróis oficiais, para em seus lugares figurarem personagens aos quais a história atribuiu papel secundário.

Tais características fazem dos romances de Agualusa aquilo de Hutcheon (1991) classifica como metaficção historiográfica, ramificação da narrativa que se relaciona, por sua vez, com o pós-modernismo, na medida em que o "romance pós-moderno [...] faz parte da postura pós-moderna de confrontar os paradoxos da representação fictícia/histórica, do particular/geral e do presente/passado" (HUTCHEON, 1991, p. 142). Ou seja, o romance contemporâneo constitui-se a partir da junção de história e ficção, de modo que muitas vezes o limiar entre essas duas representações encontra-se indefinido no próprio texto. Dessa maneira, é comum o leitor, ao longo da leitura dessas obras, deparar-se com a seguinte questão: afinal, este é um romance histórico ou apenas uma ficção que não se pretende histórica?

Para além dessas observações, Agualusa buscou em suas obras figurar a formação do povo de seu país, fazendo-o tanto sob uma perspectiva individual como coletiva. É sob esse último prisma que seu primeiro romance, de título *A conjura* (1989), foi escrito. Nesse livro, o autor conta a história dos habitantes da cidade de São Paulo de Assunção de Luanda, hoje apenas Luanda, entre os anos 1880 e 1911. Nessa época, Luanda

era povoada por pessoas vindas de diferentes lugares e de opiniões políticas diversas. A capital de Angola ainda afigura-se como uma espécie de centro onde essa população habita e onde episódios insólitos — ora de caráter jocoso, ora essencialmente trágico — ocorrem.

Por seu turno, *A rainha Ginga* (2014), que é um romance biográfico, retrata a história de uma das figuras mais importantes do referido país africano. A vida de dona Ana de Sousa (1583-1663), aliás, nessa obra é contada sob a ótica de um narrador-personagem chamado Francisco, que é padre pernambucano. Como de hábito, alguns eventos históricos revelam-se ao leitor, tais como a invasão de holandeses em terras brasileiras ainda nos tempos da colonização e, claro, a ascensão de Ginga, primeiro princesa e depois rainha de Matamba³. Francisco revela-se, entretanto, como um franciscano que abjurara a fé católica para tornar-se secretário da então rainha. É, mais uma vez, a metaficção historiográfica que se sobressai na prosa agualusiana, por meio da qual a história é recontada a partir de um ponto de vista inexplorado pela historiografia oficial.

Mas Agualusa não é apenas um revisitor do passado. É, também, um autor que dá voz a personagens consideradas subalternas, exatamente pelo fato de os historiadores não lhes oferecerem papel de destaque, apresentando-as quase exclusivamente como coadjuvantes de cenários cujas figuras centrais costumam ser homens europeus. A rainha Ginga, há pouco destacada, é exatamente um contraexemplo dessa vertente exclusivista. Além desta e da Ana

Olímpia de *Nação crioula*, outras personagens femininas destacam-se nos romances do autor. Lara, de *Milagrário pessoal* (2010), é uma delas; Ludo, de *Teoria geral do esquecimento* (1996), é outra; e mesmo *As mulheres de meu pai* (2007), romance no qual várias mulheres dividem o protagonismo, insere-se nessa lista.

Todavia, é em *Estação das chuvas* (1996), segundo romance de Agualusa, que a importância de suas personagens femininas alcança o auge. É nele que buscaremos assinalar o discurso feminista anticolonial em sua essência, reverberado na formação e nas vivências da personagem central, a luandense Lídia do Carmo Ferreira.

1. LÍDIA DO CARMO FERREIRA: A MULHER ANGOLANA NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Estação das chuvas destaca-se na obra de José Eduardo Agualusa exatamente por narrar a vida de uma personagem fictícia que poderia muito bem ter existido. Por isso, alguns pesquisadores classificam essa obra não como um romance propriamente dito, mas como uma biografia romanceada. Só que, salvo discussões sobre subgêneros literários, tal narrativa procura suprimir uma importante lacuna para a história de Angola — a de mulheres que participaram ativamente no processo de independência do país.

A propósito, é no dia 11 de novembro de 1975, às 00h20, que o romance começa. Um fragmento da fala de Agostinho Neto nesta data, o qual tinha sido escolhido o primeiro

³ Estado angolano instituído no período pré-colonial que corresponde, nos dias de hoje, à Baixa de Cassange, situada na província do Malange.

presidente do país, é a epígrafe que dá início à narração. Lídia, então, já é uma mulher. Ela exhibe toda a sua maravilha e espanto em face daquele importantíssimo evento que, inclusive, despertou-lhe a vontade de escrever um poema. Quem narra a história dessa mulher é um narrador-personagem que tem a missão de descobrir seu paradeiro e recontar sua vida desde o começo. Para isso, esse personagem sem nome desloca-se para os países onde Lídia viveu, entre eles Brasil, Alemanha e Portugal.

No início do relato — que se dá de forma não linear, revezando-se episódios históricos e entrevistas dadas por Lídia a seu biógrafo — é contada a genealogia dela, genealogia que se origina de relações incestuosas praticadas por suas tataravós, bisavós e avós com um mesmo homem. Nesse tempo, de acordo com o que é exposto no próprio romance, as mulheres eram tratadas como seres inferiores aos homens, assumindo papel de serviçais. É aí, pois, que a figura de Lídia se destaca. Criada por seu avô Jacinto do Carmo Ferreira (que aparece, primeiro, no romance inaugural de Agualusa, *A conjura*), ela conviveu na infância com várias mulheres, entre as quais as que são apresentadas no seguinte trecho:

[...] a velha Fina, aliás Dona Josephine, antiga escrava trazida do Congo por um funante⁴ alemão, depois mucama⁵ de um rico comerciante mulato, finalmente esposa legítima de Carmo Ferreira. Carlota, irmã de

César Augusto, viúva, sempre vestida de negra bofeta⁶ e duas das suas filhas ainda solteiras, Angelina e Maria do Carmo, que receberam Lídia como se de uma irmã mais nova se tratasse. Aos domingos, apareciam também os três outros filhos de Carlota, com as mulheres e respectiva descendência, e a casa enchia-se então de um tumulto de vozes (AGUALUSA, 1996, p. 15).

Acima temos o esboço do que era a vida de algumas mulheres angolanas na primeira metade do século XX: descendiam de escravos dos séculos XVII e XVIII, alguns deles oriundos de outros países africanos colonizados, mais comumente França e Inglaterra. Eram mulheres que, além de sentirem literalmente na pele as marcas do colonialismo, viam-se sem alternativas para sair dessa situação, haja vista o inexistente poder de influência que uma mulher negra no período colonial possuía.

Semelhante situação remete, de certa forma, àquilo que Soihet e Pedro (2007, p. 284) observam acerca do esquecimento da figura feminina no período colonial:

Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria 'homem'. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas,

⁴ Negociante português.

⁵ Concubina.

⁶ Vestimentas de luto.

o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental. Tal se devia à modalidade de história que se praticava, herdeira do Iluminismo. Genericamente conhecida como positivista, centrava o seu interesse na história política e no domínio público, e predominou no século XIX e inícios do XX. Esta privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam. Era a “história de governantes e de batalhas” [...].

Os autores acima citados argumentam que, no período colonial, pessoas negras — em especial mulheres — sequer eram mencionadas nos anais da história. Mas, como se não bastasse o esquecimento, a consequente omissão a casos de violência contra as mulheres das colônias europeias também é algo que a história geralmente não retrata. E, por essa razão, ao remeter-se à infância de Lídia do Carmo Ferreira, Agualusa refere um episódio de violência brutal registrado naquela época, quando “descobriram sete corpos de mulher, alguns já muito desmanchados, transmudados em limos e em lama e fervendo de uma vida necrófaga [...]. Mais precisamente, os corpos estavam cortados rente ao umbigo” (AGUALUSA, 1996, p. 18).

Diante desse caso, cogitou-se a possibilidade de se tratar de um crime cometido por um cidadão luandense, o que logo foi contestado pela verdade. O assassino confesso era um pescador português, mas especificamente

do Algarve, que fora degredado de sua terra natal por crimes de morte. Apesar de se tratar de um episódio teoricamente fictício, criado por Agualusa com vistas a retratar a violência recorrente do período colonial, nada prova que tal crime não tenha de fato ocorrido.

Tempos depois, mais precisamente no ano de 1948, Lídia resolve deslocar-se de Luanda para escrever uma tese de licenciatura a respeito do filósofo guineense António Guilherme Amo. Essa pesquisa só podia ser feita em Portugal, mais especificamente em Lisboa, cidade cuja principal universidade lhe ofereceria as referências bibliográficas necessárias. Foi em Lisboa, inclusive, que ela conheceu e criou laços de amizade com personagens históricos de grande vulto para o seu país e de outras colônias portuguesas. São eles Mário Pinto de Andrade, um dos ativistas políticos mais importantes da história de Angola e cofundador de um dos partidos responsáveis pela independência do país, o MPLA; Agostinho Neto, escritor e político angolano que mais tarde seria o seu primeiro presidente; e Amílcar Cabral, político guineense que também colaborou, com seu apoio ao MPLA, para a independência de Angola.

Já aí atentamos para um fato muito importante no que diz respeito à vida de Lídia como uma mulher à frente de seu lugar e tempo: o convívio com homens que, num futuro não muito distante, libertariam o seu país do colonialismo português. Além disso, sem mencionar a sua carreira acadêmica, o fato de ela ter se mudado exatamente para Portugal a fez destoar ainda mais das mulheres de sua época e país de origem. Nesse sentido, Lídia contribuiu para o rompimento de barreiras em Angola, fazendo aquilo que Pedro e Guedes (2010, p. 5) assinalam como o discurso feminista na prática:

A luta das mulheres está na libertação das amarras de um senso moral construído pela cultura machista, cristalizada durante séculos. Não é apenas pela igualdade econômica e política que as mulheres conquistam seu espaço; mas são, também, na construção de uma sociedade livre de relações preconceituosas e discriminações. Trata-se de uma luta pela liberdade, para além da equiparação de direitos, e pelo respeito à alteridade.

Tal como é exposto acima, o feminismo apresenta-se em *Estação das chuvas*, através da figura de Lídia, como uma espécie de rompedor de barreiras, especialmente por ela pertencer a um país onde a cultura do preconceito estava tão disseminada. O ato de deslocar-se para além dos limites de seu país apresenta-se como gesto contra-hegemônico que ocorre em detrimento de sua situação de mulher africana colonial.

Essa conjuntura nos remete àquilo que pensa Frantz Fanon em *Peles negras, máscaras brancas* (2008) a respeito da relação da mulher de cor — ou seja, a mulher colonial — com o homem europeu ou, em outras palavras, o indivíduo de pele branca. Ele argumenta que, em presença desse indivíduo, a mulher de cor geralmente sente-se inferior, a ponto de algumas vezes fascinar-se por ele devido ao tom claro de seus olhos, cabelo e, sobretudo, pele. Essa inclinação, pois, não é resultado de uma eventualidade qualquer, mas deriva do estigma de que mulher negra, em grande parte das vezes, percebe que sua cor consiste num impedimento para ela alcançar

seus próprios ideais. Isto é, ser mulher negra no contexto mencionado por Fanon — muito embora também o seja assim no contexto de Angola no decurso do período anterior à independência — representava a maior barreira existente para se alcançar um futuro além das possibilidades que o seu país dispunha.

Uma vez que quisesse engajar-se à causa independentista, Lídia não se limitou a tornar-se somente amiga desses homens. Após saber do falecimento de seu avô, pessoa de quem mais gostava, ela resolveu viajar para Berlim em 1953 no intuito de expandir sua pesquisa sobre Guilherme Amo. Essa conjuntura contrasta com o convite que ela recebera, dias antes, para compor o *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa* — convite a que ela teve de recusar, posto que não considerasse sua própria poesia como essencialmente negra, mas sim, apenas, angolana. Um fato à parte é que efetivamente esse *Caderno* existe, tendo sido publicado no ano de 1958; contou com versos de autores que realmente existiram, como

Alda do Espírito Santo, negra de São Tomé, cantora das paisagens crioulas da sua ilha. Francisco José Tenreiro, também santomista, mestiço e crioulo, a vida quase toda vivida em Portugal. Noémia de Sousa, uma jovem moçambicana, trazendo à flor da pele a inquietação dos muitos sangues misturados: o pai, natural da Ilha de Moçambique, com a inevitável ascendência indiana, árabe, banto e portuguesa, e a mãe uma senhora mulata, filha de uma negra e de um alemão (AGUALUSA, 1996, p. 32).

Já em Berlim, Lídia conheceu Alberto, brasileiro que militava no partido comunista do país dele. Com Rosengarten ela teve um caso amoroso, ao mesmo tempo que manteve sua amizade via correspondência com Viriato da Cruz. Não muito depois, no entanto, Lídia foi a Paris com Nayara Mestre, amiga que fizera na capital alemã, e encontrou-se com Mário de Andrade. Mas foi por meio de uma ligação telefônica, no ano de 1960, que Mário avisou-lhe de que a revolução em favor da independência de Angola efetivamente começara.

Nesse sentido, ao se referir à sua participação no MPLA, Lídia testemunha o seguinte:

Naquele tempo éramos ainda uma meia dúzia de intelectuais sem malícia, gente de uma moral revolucionária a toda a prova. Isso era o MPLA. Lembro-me que uma vez Viriato foi à China em busca de apoios e regressou com os bolsos carregados de notas de vinte dólares. O dinheiro era distribuído com rigor pelas diversas comissões e nunca houve a esse respeito o mínimo problema. Os problemas começaram mais tarde quando o movimento se expandiu. Então alguns dos que eram anjos transformaram-se em demónios. E outros em galinhas (AGUALUSA, 1996, p. 43).

Esse testemunho de Lídia vem ao encontro da situação da mulher angolana quando do acirramento dos conflitos pela independência

do país, pois o MPLA se identificava “como um movimento comprometido com a transformação total das relações sociais baseadas no princípio da igualdade de acesso aos meios de produção” (LIBERATO, 2016, p. 1000). Ou seja, Lídia filiou-se ao partido que mais era empenhado em promover a igualdade nacional entre homens e mulheres, na mesma medida em que buscava vencer em definitivo o colonialismo português.

Ora, o discurso feminista se articula nessas passagens do romance quase que de forma simultânea ao discurso anticolonial. Isto é relativamente fácil de ser notado na medida em que um está ligado ao outro de forma indissociável, tornando-se ambos interdependentes. Até porque, segundo Alves e Pitanguy, a definição de feminismo é complexa dado que enquadre perspectivas temporais diversas e “não tem um ponto predeterminado de chegada” (1991, p. 7). Além disso,

O feminismo surge num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico. Saindo de seu isolamento, rompendo seu silêncio, movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas, homossexuais se organizam em torno de sua especificidade e se completam na busca da superação das desigualdades sociais. Esta complementação não implica em uma fusão de tais movimentos, que mantêm sua autonomia e suas formas próprias de organização. Entretanto, não são movimentos

desvinculados entre si, pois as fontes da discriminação não são isoladas. Existem, nesse sentido, conexões significativas entre tais movimentos, que se somam na busca de uma nova sociedade (ALVES E PITANGUY, 1991, pp. 7-8).

A exposição acima é muito clara quando destaca que, a despeito de divergências existentes entre movimentos progressistas — no caso em questão os anticolonialistas e o feminismo —, há uma causa em comum que os move: a libertação. E, no contexto em discussão, a palavra “libertação” não se relaciona apenas ao escravismo que, ao longo de boa parte da história de Angola, oprimiu seu povo, mas a outra série de questões ligadas à repressão praticada pelo colonizador. Sob esse viés, surge como esclarecedor o ensaio de Boaventura de Sousa Santos, *Entre Próspero e Caliban* (2003), que, mediante paralelo feito entre o colonialismo português e a peça de Shakespeare *A tempestade*, denuncia a prática do colonialismo subalterno português frente aos demais colonialismos europeus. Trata-se, por sinal, de um colonialismo que se apropria de tudo que lhe parece proveitoso do solo e do povo, sem dar-se conta de que o colonizado é também um ser humano e não um símio como Caliban era tratado por Próspero.

Foi no sentido de relacionar mais firmemente o colonialismo e o feminismo que Lugones (2014) cunhou o conceito de “feminismo descolonial”, o qual relaciona-se diretamente com a trajetória da heroína de *Estação das chuvas*. Lugones, no seu artigo *Rumo a um feminismo descolonial*, discorre sobre a distinção do feminismo propriamente dito com o de

colonialidade de gênero, esclarecendo que este difere daquele exatamente por enfatizar a questão do gênero no período colonial. Deriva desse modo de pensar, também, o termo “descolonial”, que reafirma a reivindicação da distinção de gênero existente tanto no passado como no presente. Por isso, para Lugones a necessidade de destacar a diferenciação entre homem e mulher colonial é essencial, já que o mais comum é agrupá-los num mesmo status, a saber, o de não-humanos. Enquanto isso, o homem e a mulher colonizadores, exclusivamente de pele branca e — segundo eles próprios — mentalmente superiores a qualquer sujeito colonizado, já desfrutam de uma representatividade particular, pois ocupam a função de interventores absolutos.

Em vista disso,

[...] é necessário que tenhamos muito cuidado com o uso dos termos *mulher* e *homem* e que os coloquemos entre colchetes quando necessário ao tecer a lógica do lócus fraturado, sem causar o desaparecimento das fontes sociais que se tecem nas respostas de resistência. Se apenas urdimos homem e mulher no próprio tecido que constitui o ente em relação à resistência, apagamos a própria resistência. Vemos aqui o espelhamento da multiplicidade da mulher de cor nos feminismos de mulheres de cor. É importante ver que um referencial conceitual pode muito bem ser fundamentalmente crítico da lógica “categórica”/essencialista da modernidade, criticar a dicotomia entre homem e mulher, e até o

dimorfismo entre macho e fêmea sem ver a colonialidade ou a diferença colonial (LUGONES, 2014, pp. 943-944).

Lugones, ao manifestar tal pensamento, pretende reivindicar o lugar da mulher colonial, concebendo-o como distinto (se bem que igualmente importante) em comparação à imagem do homem no decorrer do período colonial. É assim que Lídia, mulher negra de um país africano, se faz enxergar: moldando-se a partir dos padrões que ela mesma, como agente interventora em prol da causa independentista, estipula para si própria. É como se a vontade de tornar seu país independente a induzisse a ter uma vida análoga, durante a qual nada a impedia de fazer o que quisesse.

2. LÍDIA DO CARMO FERREIRA: FEMINISMO, PRISÃO E DESAPARECIMENTO NA GUERRA CIVIL

No entanto, o auge da carreira de Lídia como ativista da causa independentista só é alcançado quando, coincidentemente no dia 11 de novembro de 1975, ela é presa por ativistas da OCA⁶. Na época ela havia saído de Olinda, onde morava com Alberto Rosengarten, para Lisboa e, logo depois, de volta a Luanda. Sim: é por meio de um gesto de repressão que, semelhantemente a tantos outros ativistas — especialmente homens — da causa independentista, Lídia perpetua sua postura de oposição às forças contrárias à independência de seu país. Ito é, por meio de

sua prisão, reforça-se o argumento de que não é apenas o homem colonizado que sofre por combater a repressão praticada pelo homem/mulher branco/branca, mas também as mulheres incluem-se nessa lista. E, assim, reforça-se aquilo que Lugones postula a respeito do feminismo, o qual “não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. [Mas] Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela” (2014, p. 940).

Detendo-nos mais um pouco à prisão de Lídia, vemos como ela própria descreve ao narrador-personagem como era o seu convívio com Monte, o dissidente do MPLA que a prendeu:

Foi maltratada enquanto esteve presa?

- Não. Se é isso que queres saber, fisicamente nunca ninguém me maltratou.

- Mas foi sujeita a interrogatórios?

- Claro, isso sim. Monte interrogou-me várias vezes. Sempre sozinho. Geralmente vinham dois soldados buscar-me à cela e levavam-me para o gabinete dele, uma sala grande, com um armário cheio de livros. Numa das paredes, por detrás da secretária, havia um retrato do Agostinho Neto. Na parede em frente eu esperava encontrar Marx ou Lenine, mas não, ele tinha pendurado uma fotografia do Vladimir Nabokov...

⁶ Sigla para Organização Comunista de Angola que, surgida em 1975, acusou o MPLA de “social-imperialismo” e apregou a perseguição e encarceramento dos pertencentes a esse movimento.

- Nabokov?

- Não é estranho? Um dia perguntei-lhe para que servia a fotografia e ele riu-se (AGUALUSA, 1996, p. 97).

É nítido, pois, como o trecho acima descreve o amor de Lídia pela literatura. Mesmo estando ela presa e tendo que passar por interrogatórios, falar sobre um de seus trabalhos fazia-a esquecer, ao menos aparentemente, o fato de estar encarcerada. Até então seguia sendo uma mulher forte, que encarara a perda de amigos e parentes com resignação e esperança. Nada a fazia abater-se, pois aquilo por que tanto ansiava o seu avô Jacinto já havia sido conquistado e, no fim das contas, tudo acabaria bem.

Mas após ser libertada e dedicar-se ao trabalho de professora universitária em Lisboa, a vida de Lídia sofre outro revés. Seu país agora é livre e, como bem dissera Agostinho Neto no dia da independência, a mulher angolana daquele dia em diante seria estimulada a participar ativamente do processo de emancipação do país. No entanto, quase vinte anos mais tarde, Angola acompanha o acirramento da Guerra Civil, que, conforme Liberato (2016, p. 1001),

[...] foi o maior desafio que as mulheres angolanas enfrentaram no período pós-independência. A partida dos homens para o cumprimento do serviço militar fez com que assumissem a responsabilidade pela segurança e subsistência das suas famílias. No entanto, o seu baixo nível de alfabetização [...] dificultando ainda mais o seu processo de afirmação

e, conseqüentemente, de melhoria da sua posição social, bem como as perspectivas de um futuro melhor, de modo que, quando finalmente as hostilidades cessaram e se alcançou a paz, as expectativas para alterar esse cenário aumentaram.

Ao ter notícia dos conflitos, Lídia regressa mais uma vez à sua terra natal. Mas é o narrador, com efeito, que com suas palavras pinta o quadro beligerante de Angola:

Uma noite acordámos com o súbito espectáculo do fim do mundo. A cidade inteira parecia estar a explodir. Muitas pessoas apareceram nas ruas em cuecas, de armas na mão. O fragor sacudia os prédios. O esplendor era tal que se podia ler mesmo com as cortinas corridas, os estores fechados. Alguns homens vi eu que se riam. Um vizinho chamou-me: “Vocês ainda não têm armas? Venham e escolham”. Mostrou-nos um quarto cheio de pistolas, espingardas, metralhadoras. Deus, juro que havia até obuses, lança-granadas. Joãoquinzinho olhou para aquilo com uma intensa expressão de horror. [...] A televisão mostrava imagens da guerra. Miúdos com fitas vermelhas amarradas na testa, walkmans nos ouvidos, pentes de munições cruzados sobre o peito. Brandiam as armas no ar e dançavam em frente das câmaras (AGUALUSA, 1996, pp. 106-107).

Sob a perspectiva feminina, no entanto, uma fonte se mostra indispensável. Trata-se d'*O livro da paz da mulher angolana: as mulheres em nome*, publicado pela primeira vez no ano de 2008. Nessa obra encontra-se quase uma centena de depoimentos femininos concernentes a dezoito mulheres de países diferentes: Angola, Moçambique e Noruega. O livro é organizado pelas escritoras Dya Kasembe, de Angola, e Paulina Chiziane, que é moçambicana. O subtítulo da obra faz alusão a mulheres sem nome porque, ao contrário de Lídia, a maior parte das heroínas que aturaram no período da Guerra Civil em Angola não tiveram seus nomes divulgados da forma que lhes cabia.

Contudo, *O livro da paz* não tem como propósito destacar as personagens que ao longo dele deixam seu depoimento, mas objetiva simplesmente documentar o papel ativo que as mulheres tiveram no decorrer desse evento. Tratam-se de verdadeiros testemunhos femininos de guerra apresentados por vozes de mulheres cujas idades são distintas — entre 14 e 80 anos —, além de alguns poemas. Outro aspecto destacável é o corpo da mulher, que na sociedade em questão tivera a utilidade quase exclusiva de objeto reprodutor, o qual era manipulado mediante rituais de iniciação sexual cujo objetivo final era dar continuidade às gerações do porvir (KASEMBE E CHIZIANE, 2008).

Só que, diante do contexto militar que se impunha desde os conflitos pela libertação do país, um processo paulatino teve início. Tal processo resume-se ao deslocamento do corpo feminino do ambiente familiar para outros tantos lugares. O que resulta dessa diáspora é a fragmentação do papel feminino em Angola. De totalmente subservientes, as mulheres passaram

a ser ajudantes efetivas, o que todavia acirrou o sexismo praticado pelos homens de seu próprio país. Quando não abusadas, as mulheres eram então abandonadas, ainda havendo outra alternativa forçada: tornarem-se mães solteiras cujos filhos eram de pais diferentes.

Esses procedimentos acarretaram o desgaste da relação entre homem e mulher angolanos. Se havia abuso, como poderia existir amor? A menos que fosse um amor doentio, abusivo. Feneciam então os sentimentos, não restando nada mais deles que lembranças, algumas das quais encontram-se no livro de Kasembe e Chiziane. Mas, do enfraquecimento de laços amorosos em relação à vivência entre homens e mulheres, houve também arrefecimento pela causa nacionalista, o que induziu muitas das mulheres angolanas a abrir mão de tudo (inclusive da revolução e da vida prática) para assumirem um perfil de paz.

Embora, como poetisa e historiadora que era, Lídia tivesse assumido uma postura mais individualista desde o início de sua militância, não foi fácil para ela conceber seu país a conflitar-se internamente. Apesar de saber as causas que moviam a engrenagem da Guerra Civil, ela abriu mão de buscar respostas; tanto assim que, no curso dos conflitos, Lídia “não queria ver televisão. Durante aqueles três dias fechou-se no quarto a escrever. Mais tarde li o que escreveu. Coisas terríveis” (AGLUSUSA, 1996, p. 109).

Acima, é o narrador-personagem que nos fala, mas logo depois nos é apresentado o conteúdo do que Lídia escrevera. Um dos poemas, aliás, era este:

O meu coração está cheio de
formigas e de um horror sem nome.

Voltarei?
Hei-de voltar contigo às terras
ácidas?
Entre as sombras e a água o
que ficou de nós)
A vida era mais bela em Março
A chuva trazendo o salalé;
febres,
e entre o lodo
e os limos
pedaços de homens armados
(a guerra que nunca coube em
mim)
Na lama havia bichos
minúsculos,
coisas sem préstimo inclusive
flores
O que ficou de mim nesses
lugares?
Quem fui?
Não fui nunca de ninguém.
Nada em lugar algum me
aguarda.
O meu coração está cheio de
cansaço.
Dorme na lama entre as flores.
Morri e ninguém soube de
nada (AGUALUSA, 1996, p. 111).

O texto acima é o último que Lídia escreveu desde o seu desaparecimento, no dia do lançamento de um de seus volumes de poesia. Depois disso, não se teve mais notícias de seu paradeiro. O narrador lamenta, sem deixar de dirigir apontamentos sobre a continuidade da Guerra Civil em Angola, ao longo da qual muitos inocentes são assassinados de forma bárbara. No fundo, tem-se a impressão de que ele pensa

consigo, sem o externar: “Se Lídia se foi para bem longe ou não pertence mais a este mundo, ela tinha lá suas razões. De um jeito ou de outro, o fim chegaria, mas que não fossem os outros que decidissem por si. Cada um é dono de sua própria vida e de sua morte”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória ficcional de Lídia do Carmo Ferreira, que (tal qual no romance) aqui foi analisada como alguém que de fato existiu, resume-se à retratação da vida de tantas mulheres anônimas que participaram ativamente dos movimentos de libertação de Angola e que não são mencionadas pela historiografia oficial, seja de seu país ou fora dele. Lídia, na sua trajetória militante — trajetória essa que enquadra aspectos da diáspora, da produção literária e acadêmica —, mostrou-se um exemplo de ativista que resistiu até quando pôde.

Condensa-se, nessa personagem, uma série de ações que positivamente assinalam a prática do feminismo. Uma dessas ações, ou melhor, a primeira delas, é a sua produção poética, que, embora não evidencie por si só a manifestação do feminismo, mostrou-se como um gesto de rompimento de barreiras diante do fato de que poucas poetisas angolanas dessa época eram conhecidas. Trata-se, com efeito, de um gesto subversivo, cuja representatividade é imensa num país onde as mulheres pouco espaço tinham para expressar palavras por intermédio da fala, que dirá do papel.

Outra manifestação do feminismo da personagem principal de *Estação das chuvas* é, obviamente, o seu título de cofundadora do partido que alcançaria primeiro a independência

e a presidência de Angola. Em verdade, esse talvez seja a grande conquista de Lídia num partido que, a despeito de pretender promover a igualdade de gêneros, tinha entre seus principais fundadores apenas homens. A propósito, a própria Lídia sabia a dimensão de sua conquista, ao enfatizar que fora um convite que ela aceitou, e não uma imposição ou um pedido de sua parte.

Por fim, a figura de Lídia enquadra-se como feminista porque reivindica um espaço ausente

de fala, espaço esse que poderia muito bem ser ocupado por uma das mulheres cujo testemunho se encontra n' *O livro da paz da mulher angolana*. É o espaço de uma mulher que, firme em seus ideais, não se deixou vencer pelo que o destino lhe impôs, mas, ao contrário, tratou de pôr em prática o destino que ela mesma escolheu para si, desde a juventude até seu desaparecimento, deixando o legado de uma memória feminina eternamente necessária em tempos de opressão.

REFERÊNCIAS

AGUALUSA, José Eduardo. *Estação das chuvas*. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1996.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KASEMBE, Dya; CHIZIANE, Paulina (Org.). *O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome*. Luanda: Nzila, 2008.

LIBERATO, Hermelinda. *40 anos de independência: uma reflexão em torno da condição da mulher angolana*. Estudos Feministas, Florianópolis, 24(3): 398, setembro/dezembro/2016, p. 997-1006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n3/1806-9584-ref-24-03-00997.pdf>>. Acesso 6 jul. 2019.

LOPES, Ana Mónica Henriques. *Investigando as estratégias de construção textual de José Eduardo Agualusa*. As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e desafios: actas, vol. 2, 2002, pag. 191-199.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas, set-dez, 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso jul. 2019.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. *As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres*. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010 GT 2. Gênero e movimentos sociais, p. 1-10. Disponível em: < <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>>. Acesso 6 jul. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Entre Prospero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade*. Novos Estudos CEBRAP, nº 66, Julho, 2003, p. 24-29.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso 6 jul. 2019.